

HEROICA ATITUDE DE UM MÁRTIR DA PÁTRIA ANTE UM TRIBUNAL ILÍGITIMO, NO ANO DE 1964.

DECLARAÇÃO DO ARGUIDO JOÃO PAULO VARELA GOMES

Creio, até pelas responsabilidades que assumi neste julgamento, caber-me deixar esclarecido, sem margem para equívocos, qual a finalidade que se propunha com a acção revolucionária de 1 de Janeiro de 1962; que era o derrubamento do governo da ditadura fascista que há quasi quatro dezenas de anos ocupa, oprime e explora o País como inimigo em território conquistado, e a sua substituição por outro livremente eleito, depois de restaurados os direitos e garantias que a própria Constituição vigente consigna. E, para tal, para esse objectivo limitado e imediato, não era - como é evidente - nem é, necessário alterar a Constituição; o que era e é imperioso, é torná-la efectiva.

Sabemos porém todos nós, por dura e prolongada experiência, que o desprezo pela lei constitui a real matriz dos sistemas totalitários, tais como o Estado Novo. Foi-me dado ver de perto, quando da minha intervenção na campanha eleitoral de 1961, a que manobras de baixo teor recorrem o maquinismo estatal e os seus asseclas para transformarem em fraude e escárnio o acto solene pelo qual os povos afirmam a sua maturidade.

De facto, levei até á última fronteira da legalidade o meu protesto, pouco me tendo surpreendido veo confirmada a inutilidade de uma opposição leal a peito descoberto. Nunca um governo desta espécie policial e predatória abandonou o poder, a não ser expulso pela força. A sua palavra de ordem é bem conhecida e comum a todos os fascismos: é o "tenez" de Charles Maurras. Para se "aguentarem", a tudo lançam mão, não hesitando, quando sentem perto o fim, em tentar arrastar na sua queda a própria Nação. Assim se vão vendendo, em leilão de falência, bases e privilégios e outras parcelas do património colectivo (como precisamente sucede em Beja com a base alemã): se estabelecem convénios secretos para a intervenção de tropas estrangeiras, como os que existem com a Espanha e a África do Sul. Ora a nossa História de 1580 recorda-nos a que extremidade pode ainda ir uma obstinação cega, quando incitada por camarilhas de avidez insaciável.

Pois apesar de dominado pelas mais sombrias apreensões quanto às consequências de orientação que estava a ser imprimida aos destinos de Portugal, não ultrapassei a fase de revolta latente; foi o desastre de Goa, com a sua evidência demonstrativa, que me decidiu, certo como estava de ir ao encontro do mais profundo e veemente anseio do povo português.

A Índia Portuguesa foi abandonada à sua sorte - simulando o governo ignorar as intenções e preparativos da União Indiana - porque não interessava aos grupos monopolistas metropolitanos, que em África é que têm as suas zonas de expansão. Os mesmos que em Abril de 61 acudiram com pânico - disfarçado de patriotismo - aos seus capitais e lucros ameaçados pela rebelião angolana, foram os que em Dezembro do mesmo ano não acharam rentável reforçar a guarnição do Estado da Índia. A herança de Albuquerque e a

memória de João de Castro não pagam dividendos cuja natureza preocupa a oligarquia financeira com a qual o Estado Novo está identificado.

Foi o desastre de Goa o choque emocional que trouxe à superfície a repulsa e os anseios que a maioria sã das Forças Armadas ha dilatado tempo nutre em relação aos designios e métodos do Estado Novo. Movimento assim generalizado de urgência revolucionária e adesão entusiástica, só encontra paralelo na agitação que percorreu as fileira quando da campanha presidencial do General Delgado, reflexo da esperança que alvoroçou na altura o País e desde aí permanece associada ao nome desse indómito patriota, merecedor de respeito e acatamento de todos os democratas.

Os militares de carreira que aqui respondem pela acção revolucionária de Beja, fazem-no por centenas de camaradas de todas as patentes que conosco partilhavam iguais ansiedades. Eramos apenas uma vanguarda que, com orgulho o digo, não fraquejou na hora da decisão. Se a repercussão da acção desencadeada não deu lugar a sermos seguidos, deve-se isso atribuir mais ao concurso de circunstâncias adversas que à falta ou fraqueza de alguém implicado. Aqui o declaro, para que conste.

Como em todos os movimentos genuinamente patrióticos, não houve então uma conspiração na acepção clássica do termo; o que houve e o que é característico, foi a confluência de correntes vindas das mais diversas areas de inquietação. Civis ou militares, burgueses ou populares, rurais ou cidadãos, todos fazemos uma Pátria e estamos juntos desde o fundo da História nas revoltas que talharam a fisionomia actual do mundo civilizado: - aquelas que a marcha do tempo reclama e com que se constroi a dignidade da condição humana.

-§-§-§-§-

Deu ocasião este julgamento a recapitularem-se as torpezas habitualmente cometidas pela polícia do Estado Novo, elas só por ~~si~~ justificando uma atitude de desafronta de um Povo.

Nada tendo chegado ao conhecimento do grande público - pois, como sempre, foi interposta a cortina mistificadora da censura -, aqui se denunciaram as torturas e espancamentos, os rigores do segredo e condições celulares, os insultos e violências de toda a ordem que às mãos da PIDE sofreram os Reus, incluindo os camaradas oficiais que foram caluniados na sua honra, humilhados na sua condição, que eram - e são - a condição e a honra do Exército.

A maneira como o Estatuto dos Officiais do Exército e respectivas garantias foram derrogadas neste caso de evidente dominio do foro castrense, representa um novo máximo de desrespeito pela lei e um verdadeiro atentado contra a instituição militar. Nem os nazis se atreveram a tanto em relação aos oficiais implicados na conjura de Julho de 1944.

Que tudo se tenha passado - e continue a passar-se - ante o silêncio dos organismos e entidades responsáveis por zelarem pelas tradições seculares do Exército, é o resultado do vergonhoso servilismo político que

desqualifica esses generais, bem como, aliás, a quasi totalidade dos detentores dos altos cargos Administração Pública.

Em todos os sectores da sociedade portuguesa se encontra hoje em dia homoteticamente reproduzido esse antagonismo - de que as Forças Armadas oferecem apenas um exemplo - que dilacera o corpo e a alma da Nação; - de um lado, a grande massa, vivendo na ignorância ou na apatia, na transigência ou no comodismo, no desespero ou na revolta; do outro, um pequeno grupo (a "élite", como os próprios traduzem o termo "gang") que, manejando as armas da mentira, do terror, da corrupção, converteu Portugal num imenso campo de desvastação moral onde fenece a sua personalidade e altivez de character.

No quadro assim criado - que é igual em todo o lado onde se firmou a desgraça fascista - a rebelião não é apenas legítima, é um dever sagrado, é a prova da vitalidade e nobreza de um povo, e nunca houve lutas que mais dignificassem os seres humanos e mais revigorassem o sentimento pátrio. Só a completa erradicação da ideologia fascista poderá pôr fim à alienação em que vâve imersa a consciência nacional; e só então poderá terminar o esforço pertinaz que aos democratas portugueses tem exigido este longo combate contra as trevas, esta ardua campanha de libertação nacional.

Mas se a caminhada tem sido penosa, numerosas têm sido as baixas e pesados os sacrifícios, algo de extremamente precioso se conquistou para cada um de nós e para a colectividade: - uma nova fraternidade que foi forjada na luta comum travada sem tibiezas nem renuncias. Ela é a indispensável pedra angular, sobre a qual se alicerçará o Portugal de amanhã, o Portugal Democrático, o Portugal libertado, de que todos os sinais pronunciam o alvorecer.

E é esse laço fraterno que me fica unindo a Vocês, meus companheiros em Beja na madrugada do primeiro dia de 62 e que através de trinta meses de prisão aqui trouxeram uma inalterável fé e inquebrantável ânimo; que nos liga a todos que em Portugal não temem e que aqui ergueram uma voz firme e não ambigua - amigos testemunhas, amigos patronos; que nos irmana aos que persistem, lutam e sofrem, e continuam indomados; que nos faz chorar como irmãos muito queridos os nossos companheiros Vilar e Abreu e todas as outras heroicas vítimas destes trinta e três anos de repressão impiedosa.

E, se na primeira linha da Resistência tem sempre havido representantes de todos os quadrantes doutrinários, é justo destacar os comunistas portugueses pela sua indefectível presença e avultado quinhão de sofrimento. O que faço à vontade, pois nem a PIDE com todo o fanatismo inquisitorial me conseguiu vestir esse seu sambenito.

-§-§-§-§-



Quanto à minha posição em relação a este julgamento, quero declarar que foi em consciência coagido que me resignei a responder ao interrogatório que aqui me foi dirigido, pois que de forma alguma posso considerar competente este Tribunal Plenário para apreciar matéria de índole militar, mesmo não considerando a escandalosa gratuidade da minha demissão do Exército e da dos meus camaradas.

Se, na realidade, não guardei o estricte silêncio que pensei optar como atitude de recusa da autoridade deste Tribunal, deveu-se à intenção de reivindicar as responsabilidades que me pertencem e principalmente a não desejar fornecer pretexto para o prolongamento dos trinta meses de prisão preventiva a que já foram submetidos os Réus, muitos dos quais com pouca ou nenhuma participação na acção revolucionária de Beja.

De uma idêntica coação moral e psicológica estou sendo objecto desde que fui preso - e portanto a ela estive sujeito durante a fase instrutória do processo - não só com a detenção de minha mulher durante dezoito meses (que apenas obedeceu a esse miserável propósito), mas também sendo vítima das mais requintadas técnicas de humilhação e desequilíbrio mental e volitivo que a PIDE aprendeu na Almenha nazi com a GESTAPO e recentemente aperfeiçoou com os seus instrutores do F.B.I....

E é com esse mesmo intuito que tenho sido mantido durante estes trinta meses em excepcionais condições de confinamento celular - únicas mesmo pela sua duração em todo o mundo moderno - numa clara tentativa de destruição da personalidade, que acabará por se consumir porque a resistência humana tem limites e eu sinto avizinhar-se o ponto de rotura. Aliás, um primeiro objectivo foi atingido, que foi o de me trazerem psiquicamente diminuído a este Tribunal. Ora, trata-se de um crime, de um crime contra os direitos fundamentais da pessoa humana, conforme consta de Declarações de Princípios, universalmente aceites e subscritos até pelo actual govêrno; subscritos, mas hipocritamente, porque um govêrno deste calibre só tem moralidade para uso externo.

E quero ainda chamar a atenção para as represálias e violências que com toda a probabilidade vão sofrer os Réus que aqui tiverem a coragem de denunciar os processos da PIDE:- novas torturas, espancamentos, períodos de segredo e castigo, perseguições a familiares, tudo isso e muito mais está nas tradições dessa agência do fascismo.

E é este govêrno de ódio, vingança e crime que em trinta e dois anos de exercício de poder descricionário não decretou uma única amnistia, não esboçou o mais singelo gesto de clemência, que se quer fazer passar por tolerante e cristão.



F. VIMHAS

Ah! mas nisso falhou rotundamente. O tempo gravou-lhe a visceral mal-
dade na máscara fisionómica do seu chefe, o Dr. Salazar. Aí somente se lê:
orgulho satânico; rancor a toda a nobreza de sentimentos; aversão ao Povo
onde nasceu e que renegou; e a deferência atávica pela riqueza. Pode aliás
dizer-se que continua, à escala nacional, a profissão paterna: "Feitor dos
ricos".

Não, não fomos nós que acabámos por ser aqui julgados. Tudo o que
aqui se ouviu e ficou evidenciado representa a radical condenação do regi-
me salazarista, cuja essencial ruindade reside na corrupção das consciên-
cias e no aviltamento dos valores morais.

É porém este banco dos Réus, permanentemente ocupado, a prova cabal
de que os Portugueses não se submetem e que neste "grande cemitério sob a
Lua" a podridão não destruiu as mais puras fontes da vida nacional, aque-
las que precisamente garantem o renascimento da Liberdade em Portugal.

Deste lugar, por excelência o refúgio da honra em Portugal, eu creio
ter adquirido o direito de novamente significar aos Portugueses que os cam-
inhos do futuro, os caminhos da reabilitação, exigem, como angustiosa
precedência, a remoção do obstáculo, por si degradante, que é o Fascismo
de Salazar.

Todos os problemas que afligem a Nação, quer sejam os do Ultramar ou
da economia, os educativos ou de reestruturação Social e, soberanamente,
os de Direito e Moralidade Pública, todos sem excepção, só poderão encon-
trar o princípio da solução com o desaparecimento deste nefasto governo
e do íniquo regime politico que ele consubstancia. Não entender assim, é
não compreender nem sentir Portugal em si próprio e como parcela do mundo
contemporâneo.

Ao abandonar esta barra, o meu mais ferveroso voto, o meu apêlo,
é que, quanto antes, outros triunfem onde nós fomos vencidos, para sal-
vação da nossa Pátria bem-amada.

Lisboa, Julho de 1964

